

HABEAS CORPUS Nº 493.741 - MG (2019/0045186-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : CARINA BICALHO PIACENZA - MG068209
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DANILO DA SILVA RAIMUNDO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANILO DA SILVA RAIMUNDO, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu o pleito defensivo de saídas temporárias, pois o paciente, condenado em regime inicial semiaberto, não alcançou a fração temporal de 1/6 necessária para a concessão.

Interposto agravo em execução defensivo, a Corte local negou provimento ao reclamo.

Daí o presente *writ*, em que a Defensoria Pública sustenta, em síntese, que não é necessário que o paciente primário, em regime inicial semiaberto, tenha de cumprir 1/6 (um sexto) da pena, para que possa usufruir de saídas temporárias.

Salienta que *a imposição do cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena para quem teve fixado o regime inicial semiaberto é manifestamente ilegal, pois consiste no mesmo requisito para a progressão ao regime aberto* (fl. 7).

Aduz que deveria ser utilizado para as saídas temporárias o mesmo raciocínio aplicado aos casos de autorização de trabalho externo em relação aos presos condenados ao regime inicial semiaberto, em que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não vem mais exigindo o critério temporal de resgate de 1/6 da pena aos já condenados em regime inicial intermediário.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente possa usufruir de saídas temporárias, independentemente da necessidade de cumprimento de 1/6 da pena.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão de concessão da saída temporária, independentemente do cumprimento mínimo de 1/6 da pena

privativa de liberdade, é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

